



O Brasil, paraíso dos banqueiros

No Brasil dos banqueiros, o lucro vem antes de qualquer compromisso social. Enquanto engordavam os cofres (R\$ 87,1 bilhões no último ano), Bradesco, Itaú e Santander elevaram juros e tarifas, encareceram o crédito, promoveram demissões em massa e fecharam agências. É um país que concentra renda no topo e transfere os custos para quem vive do próprio trabalho. Um modelo que não gera desenvolvimento e aprofunda a desigualdade.

Um dos fatores que levaram a este resultado é a manutenção da alta taxa de juros básicos, a Selic (15%). Outro fator é o desemprego em um setor altamente lucrativo, que contrasta com a geração de



empregos no Brasil.

A política dos bancos é perversa e se contrapõe ao bom momento vivido pelo país que passa por geração recorde de empregos em 2025 e valorização dos salários. Já os bancos vão na contramão, num total descompromisso com a categoria e também com os clientes e o restante da sociedade que necessitam dos serviços bancários.

Bilionários ganham sem produzir

A concentração de renda e a desigualdade social no Brasil são aberrantes. Assim, em uma economia desigual, não há margem para o pequeno se desenvolver. É claro que o problema é secular, mas existem travas que podem e devem deixar de existir para que o país cresça. É o caso da Selic.

Se apenas um dos 300 bilionários do Brasil investir R\$ 1 bilhão na compra de títulos do governo atrelados à Selic, que pagam 15% de juros ao ano, vai ganhar R\$ 400 mil ao dia, sem produzir absolutamente nada. É um sistema que não

gera recursos, apenas drena. Não por acaso, há resistência do Congresso Nacional (composto por 72% de empresários e fazendeiros) em resolver a questão. Basta observar que diversos parlamentares mantêm aplicações financeiras e se beneficiam com juros tão altos.

Contrariando os interesses da população, o Congresso não aprovou a taxação dos super-ricos. A fortuna dos 300 bilionários soma R\$ 2,01 trilhões, ou 17,1% do PIB. Portanto, taxá-los é uma forma de combater a pobreza e também de aliviar o bolso da classe média.

Adoecedor, punitivo e discriminatório

Além de adoecedor e punitivo, o sistema financeiro é discriminatório. Do total do saldo negativo de emprego (8.910) no ano passado, a maioria, ou 5.667, foi entre as mulheres contra 3.243 de homens.

As negras (pretas e pardas) representaram 14,8% entre admitidos e 13,9% dos demitidos. Ainda assim, apresentaram saldo negativo (-907). Observados todos os grupos raciais, as contratações de pessoas negras, homens e mulheres, representaram 33,9% e nos desligamentos, 30,6%.

A questão de raça e gênero também é sentida no bolso. Enquanto homens não negros tiveram remuneração média de R\$ 9.644,00 na admissão e de R\$ 10.484,00 no desligamento, as mulheres não negras apresentaram médias salariais de R\$ 5.424,00 e R\$ 6.151,00, ambas inferiores aos homens não negros na admissão e no desligamento, respectivamente.

Os dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) evidenciam o aprofundamento da desigualdade de gênero. É por isto que o movimento sindical lembra quão importante é do cumprimento da Lei de Igualdade Salarial, sancionada pelo presidente Lula.

Na Cassi, chapas 2 e 55

Os associados da Cassi elegem, em março, a diretoria de Risco Populacional, Saúde e Rede de Atendimento, além de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. A votação acontece entre 13 e 23. O Sindicato apoia as chapas 2 e 55 – Cassi para os Associados, formada por candidatos pertencentes às forças que compõem o Comando Nacional. **A Chapa 2** - Cassi para os Associados tem como candidatos: Luciana Athaide Brandão (Diretoria de Risco Populacional, Saúde e Rede de Atendimento); Gilmar José dos Santos (Conselho Deliberativo); Diusa Alves (Conselho Deliberativo - Suplente 1); Humberto de Oliveira (Conselho Deliberativo - Titular 2); e Loreni Senger (Conselho Deliberativo - Suplente 2). Já os candidatos da **Chapa 55** - Cassi para os Associados são: Diego Alves Carvalho (Conselho Fiscal - Titular) e Luana Narimatsu da Silva (Suplente).

Reajuste com ganho real

Oito em cada dez reajustes salariais no Brasil ficaram acima da inflação em 2025, de acordo com 21.510 acordos analisados pelo Dieese. Destes, 77,7% ficaram acima da inflação, 14,1% iguais a inflação e, 8,2% ficaram abaixo da variação dos preços. Os dados refletem o bom momento vivido pelo país e dá ânimo a categoria bancária para a luta pelo reajuste salarial deste ano.

A ganância empresarial sabota a população

Embora o atual governo tenha adotado uma política voltada para a redução dos preços, dados apontam uma disparidade entre o custo de produção e o valor final dos combustíveis no Brasil. Nos últimos três anos, o preço da gasolina vendida pela Petrobras às refinarias acumulou uma queda média de 16%. No entanto, o efeito para o consumidor nas bombas foi o contrário: o combustível registrou uma alta de 37% no mesmo período. Em valores, o preço médio saiu de R\$ 4,98 para R\$ 6,33. Ganância e sabotagem!